Andrea Helena Costa Alves
OAB/GO 14.205
Advogada
AV WILSON QUIRINO DE ANDRADE, Nº 460, SALA 12,
BAIRRO ANHAGUERA, INHUMAS – GO, CEP 75.400-00 –
CNPJ 18443577/0001-33

ESTATUTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - GO

ESTATUTO (VERSÃO CONSOLIDADA)

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capitulo I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, ABRANGÊNCIA, DURAÇÃO, SEDE, DA TERMINOLOGIA

Seção I
Da Denominação e Natureza

Art. 1º O consórcio público doravante denominado CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL com a sigla CIABC/GO, é pessoa jurídica de direito público com natureza de autarquia do tipo associação pública a que alude o Art. 41, IV do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes Consorciados que o constituem, com duração por prazo indeterminado.

§ 1º Em caso de conflito entre normas estatutárias e normas contidas no Contrato de Consórcio Público, estas prevalecerão àquelas.

§ 2º O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, com abrangência no território dos entes consorciados que o constituem, será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; no Decreto Federal nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, no que couber; pelo Contrato de Consórcio Ambiental originado da ratificação do Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes consorciados dos quais emanaram.

Seção II
Da Sede

Art. 2º A sede do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO está situada a Rua 94-A, nº 77 – Salas 5 e 6 – Setor Sul, Goiânia, Goiás – CEP 74.083-070, podendo haver o desenvolvimento de atividades em unidades localizadas nos entes consorciados.

Parágrafo único. Deliberação da Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO poderá alterar a localização da sua sede, bem como criar e extinguir unidades operacionais e escritórios em qualquer localidade.

Seção III
Da Terminologia Adotada nestes Estatutos

Art. 3º Para os efeitos deste Estatuto e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio ou por ente consorciado, aplicam-se os conceitos definidos na Cláusula 3ª do Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo único. Em caráter subsidiário são adotadas as definições constantes das Leis nº 11.107/2005, nº 11.445/2007 e n 12.305/2010 e respectivos regulamentos.

Capítulo II
Dos Consorciados e da Adesão de Novos Membros

Art. 4° São consorciados os entes a seguir identificados que, subscritores do Protocolo de Intenções, o ratificaram por lei, nas condições estabelecidas pela Lei 11.107/2005 e Decreto 6.107/2007:

I - O **MUNICÍPIO DE ARAÇU,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.318.898/0001-03, com sede na Rua Pará, nº 03, Centro, CEP 75.410-000, Araçu - GO;

II – O **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.634.272/0001-06, com sede na Av. 1 esq. c/ Rua 5, nº 594, Centro, CEP 75.195-000, Bonfinópolis - GO;

IIV - O **MUNICÍPIO DE BRAZABRANTES,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.756.741/0001-60, com sede na Av. Aureliano Caetano Machado, nº 713, Centro, CEP 75.440-000, Brazabrantes - GO;

IV - O **MUNICÍPIO DE CALDAZINHA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.225.915/0001-84, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 476, Centro, CEP 75.245-000, Caldazinha - GO;

V - O **MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DE GOIÁS - GO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.262.236/0001-21, com sede na Praça João Victor, s/n, Centro, CEP 75.396-000, Campestre de Goiás - GO;

VI - O **MUNICÍPIO DE CATURAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.319.326/0001-49, com sede na Praça 14 de Novembro, nº 211, CEP 75.430-000, Caturaí - GO;

VII - O **MUNICÍPIO DE DAMOLÂNDIA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.067.164/0001-07, com sede na Praça Hugo Costa, nº 01, Vila Mineira, CEP 75.420-000, Damolândia - GO;

VIII - O **MUNICÍPIO DE GOIANIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.291.707/0001-67, com sede na Av. Goiás, nº 516, Centro, CEP 75.370-000, Goianira - GO;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

IX - **MUNICÍPIO DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 02.295.772/0001-23, com sede administrativa na Praça da Bandeira, nº 1, Centro, CEP 76.600-000, Goiás - GO;

X - O **MUNICÍPIO DE INHUMAS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.153.030/0001-09, com sede na Av. Wilson Quirino de Andrade, nº 450, Bairro Anhanguera, CEP 75.400-000, Inhumas - GO;

XI - O **MUNICÍPIO DE ITABERAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.451 .938/0001 -53, com sede na Praça Balduíno da Silva Caldas, s/n, Centro, CEP 76.630-000, Itaberaí - GO;

XII - O **MUNICÍPIO DE ITAGUARI,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.850.109/0001-86, com sede na Av. Goiás, esq. com a Panamá, Setor Três Poderes, CEP 76.650-000, Itaguari - GO;

XIII - O **MUNICÍPIO DE ITAUÇÚ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.167.437/0001-14, com sede na Praça Ileti Bueno, nº 285, Centro, EP 75.450-000, Itauçu - GO;

XIV - O **MUNICÍPIO DE LEOPOLDO DE BULHÕES,** pessoa jurídica direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.067.305/0001-83, sede na Praça Dom os o, nº 266, Centro, CEP 75.190-000, Leopoldo de Bulhões - GO;

XV - O **MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.105.626/0001-25, com sede na Praça Antônio Outra, nº 01, Centro, CEP 75.460-000, Nerópolis - GO;

XVI - O **MUNICÍPIO DE PALMELO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.181.239/0001-78, com sede na Av. Emanuel, 435 - Centro, CEP 75.210-000, Palmelo - GO;

XVII - O MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.825.413/0001-78, com sede na Praça Teófilo Vieira Mota, nº 101, Centro, CEP 75.480-000, Petrolina de Goiás - GO;

XVIII - O **MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.181.585/0001-56, com sede na Praça Francisco Felipe Machado, nº 37, Centro, CEP 75.200-000, Pires do Rio - GO;

XIX - O **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.264.166/0001-40, com sede na Praça Gerônimo Bento, nº 64, Centro, CEP 75.390-000, Santa Bárbara de Goiás - GO;

XX - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.669.976/0001-87, com sede na Rua Padre Prego, nº 37 - Centro, CEP 75.220-000, Santa Cruz de Goiás - GO;

XXI - O **MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01 .761 .113/0001-72, com sede na Praça Nossa Senhora da Abadia, nº 330, Centro, CEP 75.455-000, Santa Rosa de Goiás - GO;

XXII - O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.623.485/0001-80, com sede na Av. Modesto Vaz Machado, Qd.11, Lt.41 a 46, Vila Florença, CEP 75.375-000, Santo Antônio de Goiás - GO;

XXIII – O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.862.864/0001- 80, com sede na Pça. Sebastião Gonçalves da Silva, nº 697, CEP 75.185-000, São Miguel do Passa Quatro - GO;

XXIV - O **MUNICÍPIO DE SILVÂNIA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.068.030/0001-00, com sede na Praça do Rosário, nº 440, Centro, CEP 75.180-000, Silvânia - GO;

XXV - O **MUNICÍPIO DE TAQUARAL DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.068.055/0001-04, com sede na Praça Três Poderes, nº 1000, Centro, CEP 76640-000, Taquaral de Goiás - GO;

XXVI - O **MUNICÍPIO DE URUTAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.763.622/0001-34, com sede na Praça Manoel B Cotrin, nº 42, CEP 75.790-000, Urutaí - GO;

Art. 5º.Será automaticamente admitido como consorciado o ente federado subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de até 12 (doze) meses,

I - O **MUNICÍPIO DE ARAÇU,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.318.898/0001-03, com sede na Rua Pará, nº 03, Centro, CEP 75.410-000, Araçu - GO;

II – O **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.634.272/0001-06, com sede na Av. 1 esq. c/ Rua 5, nº 594, Centro, CEP 75.195-000, Bonfinópolis - GO;

IIV - O **MUNICÍPIO DE BRAZABRANTES,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.756.741/0001-60, com sede na Av. Aureliano Caetano Machado, nº 713, Centro, CEP 75.440-000, Brazabrantes - GO;

IV - O **MUNICÍPIO DE CALDAZINHA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.225.915/0001-84, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 476, Centro, CEP 75.245-000, Caldazinha - GO;

V - O **MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DE GOIÁS - GO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.262.236/0001-21, com sede na Praça João Victor, s/n, Centro, CEP 75.396-000, Campestre de Goiás - GO;

VI - O **MUNICÍPIO DE CATURAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.319.326/0001-49, com sede na Praça 14 de Novembro, nº 211, CEP 75.430-000, Caturaí - GO;

VII - O **MUNICÍPIO DE DAMOLÂNDIA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.067.164/0001-07, com sede na Praça Hugo Costa, nº 01, Vila Mineira, CEP 75.420-000, Damolândia - GO;

VIII - O **MUNICÍPIO DE GOIANIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.291.707/0001-67, com sede na Av. Goiás, nº 516, Centro, CEP 75.370-000, Goianira - GO;

IX - **MUNICÍPIO DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 02.295.772/0001-23, com sede administrativa na Praça da Bandeira, nº 1, Centro, CEP 76.600-000, Goiás - GO;

X - O **MUNICÍPIO DE INHUMAS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.153.030/0001-09, com sede na Av. Wilson Quirino de Andrade, nº 450, Bairro Anhanguera, CEP 75.400-000, Inhumas - GO;

XI - O **MUNICÍPIO DE ITABERAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.451 .938/0001 -53, com sede na Praça Balduíno da Silva Caldas, s/n, Centro, CEP 76.630-000, Itaberaí - GO;

XII - O **MUNICÍPIO DE ITAGUARI,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.850.109/0001-86, com sede na Av. Goiás, esq. com a Panamá, Setor Três Poderes, CEP 76.650-000, Itaguari - GO;

XIII - O **MUNICÍPIO DE ITAUÇÚ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.167.437/0001-14, com sede na Praça Ileti Bueno, nº 285, Centro, EP 75.450-000, Itauçu - GO;

XIV - O **MUNICÍPIO DE LEOPOLDO DE BULHÕES,** pessoa jurídica direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.067.305/0001-83, sede na Praça Dom os o, nº 266, Centro, CEP 75.190-000, Leopoldo de Bulhões - GO;

XV - O **MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.105.626/0001-25, com sede na Praça Antônio Outra, nº 01, Centro, CEP 75.460-000, Nerópolis - GO;

TABELIONATO DE NOTAS 2º INHUMAS-GO

XVI - O **MUNICÍPIO DE PALMELO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.181.239/0001-78, com sede na Av. Emanuel, 435 - Centro, CEP 75.210-000, Palmelo - GO;

XVII - O MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.825.413/0001-78, com sede na Praça Teófilo Vieira Mota, nº 101, Centro, CEP 75.480-000, Petrolina de Goiás - GO;

XVIII - O **MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.181.585/0001-56, com sede na Praça Francisco Felipe Machado, nº 37, Centro, CEP 75.200-000, Pires do Rio - GO;

XIX - O **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.264.166/0001-40, com sede na Praça Gerônimo Bento, nº 64, Centro, CEP 75.390-000, Santa Bárbara de Goiás - GO;

XX - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.669.976/0001-87, com sede na Rua Padre Prego, nº 37 - Centro, CEP 75.220-000, Santa Cruz de Goiás - GO;

XXI - O **MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01 .761 .113/0001-72, com sede na Praça Nossa Senhora da Abadia, nº 330, Centro, CEP 75.455-000, Santa Rosa de Goiás - GO;

XXII - O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.623.485/0001-80, com sede na Av. Modesto Vaz Machado, Qd.11, Lt.41 a 46, Vila Florença, CEP 75.375-000, Santo Antônio de Goiás - GO;

XXIII – O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.862.864/0001- 80, com sede na Pça. Sebastião Gonçalves da Silva, nº 697, CEP 75.185-000, São Miguel do Passa Quatro - GO;

XXIV - O **MUNICÍPIO DE SILVÂNIA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.068.030/0001-00, com sede na Praça do Rosário, nº 440, Centro, CEP 75.180-000, Silvânia - GO;

XXV - O **MUNICÍPIO DE TAQUARAL DE GOIÁS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.068.055/0001-04, com sede na Praça Três Poderes, nº 1000, Centro, CEP 76640-000, Taquaral de Goiás - GO;

XXVI - O **MUNICÍPIO DE URUTAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.763.622/0001-34, com sede na Praça Manoel B Cotrin, nº 42, CEP 75.790-000, Urutaí - GO;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

§ 1º - A ratificação realizada após o prazo de 12 (doze) meses terá sua validade condicionada à homologação pela Assembleia Geral do CIABC/GO, mediante aprovação por maioria simples.

§ 2º - É facultado o ingresso de novos entes consorciados no CIABC/GO a qualquer momento, o que se fará com pedido formal a Diretoria Executiva, e terá sua eficácia condicionada à aprovação pela Assembleia Geral e a ratificação mediante lei pelo novo ente nos termos do Contrato de Consórcio Público.

§ 4º A ratificação realizada após 31 de dezembro de 2026 terá sua validade condicionada à homologação pela Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

§ 5º A alteração do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

§ 6º Todos os Entes consorciados criados através de desmembramento ou de incorporação dos entes consorciados que subscreveram Protocolo de Intenção permanecerão, para o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, com a mesma qualidade do ente federado originário.

§ 7º Por solicitação de Prefeito Municipal ou de Câmara Municipal, o Presidente do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO emitirá certidão informando os Entes consorciados e os que subscreveram o Protocolo de Intenções.

Art. 6° É facultado o ingresso de novos entes consorciados participantes no CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria Executiva, o qual, uma vez aprovada na Assembleia e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto, informará da aceitação ou não do novo consorciado mediante votação por maioria simples.

§ 1º Aprovado o ingresso do ente no Consórcio Público, este providenciará:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - celebração do Contrato de Rateio e Divisão Equitativa e subscrição de Contrato de Programas;

III - inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO;

IV - efetiva participação nas atividades do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º O ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, a partir de sua efetivação na Assembleia cumprindo inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir do 1º dia útil do mês posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º A efetivação do ingresso do ente no CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO se dará com assinatura de:

I - adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa da Diretoria do Consórcio, antes da ratificação legislativa;

II - aditivo ao Contrato de Consórcio público, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III - adendo ao Estatuto do Consórcio, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

Art. 7º Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes consorciados que já compõe o Consórcio Público.

Parágrafo Único. Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do ente federado a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

Capítulo III
DOS OBJETIVOS E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Os objetivos do Consórcio serão implementados nas seguintes áreas de serviço público:

I - Saneamento Básico (água, esgoto e lixo);

II - Meio Ambiente;

III - Saúde;

IV – Educação;

V – Recursos Hídricos;

VI – Energia e Iluminação pública;

VII – Transporte público e mobilidade urbana;

VIII – Trânsito;

IX – Industria, Comércio e Agricultura;

X - Assistência Social;

XI – Segurança pública;

XII – Limpeza urbana;

XIII - Infraestrutura (pavimentação e recuperação de vias)

XIV – Cultura;

XV - Lazer e Esporte;

XVI – Demais atividades possíveis e necessárias ao cumprimento do objeto e finalidades do Consórcio e de seus entes confederados

Art. 9º. Na área de Saneamento Básico, gestão de resíduos sólidos e águas pluviais

I - exercer, na escala regional, as atividades de planejamento dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais no território dos Entes consorciados

II - prestar serviço público de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais ou atividade integrante desses serviços por meio de Contratos de Programa que venha a celebrar com Entes consorciados;

III - delegar, por meio de Contrato de Programa, a prestação de serviço público de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais ou de atividade deles integrante que tenha como titular os Entes consorciados, a órgão ou entidade da administração de ente consorciado;

IV - delegar, por meio de contrato de concessão, a prestação de serviço público de manejo de resíduos sólidos ou de atividade dele integrante que tenha como titular os Entes consorciados;

V - contratar com dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, inciso IV, alínea "j" da Lei Federal nº 14.133/2021, associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas como catadores de materiais recicláveis para prestar serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo na área de atuação do Consórcio;

VI - nos termos da legislação aplicável e sem prejuízo das responsabilidades dos geradores, transportadores e receptores, exercer o planejamento, a regulamentação e a fiscalização da gestão:

a) dos resíduos da construção civil e dos resíduos volumosos, por meio da implantação e operação de rede de pontos de entrega e instalações e equipamentos de transbordo e triagem, reciclagem e armazenamento desses resíduos;

b) dos resíduos dos serviços de saúde, por meio da implantação e operação de serviços de coleta, instalações e equipamentos de armazenamento, tratamento e disposição final desses resíduos;

c) dos resíduos especiais tais como pneus, pilhas e baterias, equipamentos eletroeletrônicos, por meio da implantação e operação de instalações e equipamentos de entrega e armazenamento desses resíduos;

VII - ser contratado para prestar serviços de assistência técnica não abrangidos pelo inciso II, executar obras e fornecer bens em questões de interesse direto ou indireto para os serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais:

a) a órgãos ou entidades dos entes consorciados, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei nº. 11.107/2005;

b) a Município não consorciado ou à entidade privada, desde que sem prejuízo as prioridades dos consorciados;

VIII - prestar serviços de assistência técnica e de manutenção de instalações às cooperativas e associações mencionadas no inciso V;

IX - promover, na sua área de atuação, atividades de mobilização social e educação ambiental para o manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais e para o uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;

X - promover atividades de capacitação técnica do pessoal encarregado da gestão dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais dos entes consorciados;

XI - atendendo solicitação de entes consorciados, realizar licitação compartilhada das qual decorram contratos celebrados por entes consorciados ou órgãos de sua administração indireta dentro das áreas de atuação do Consórcio;

XII - nos termos do acordado entre entes consorciados, viabilizar o compartilhamento ou o uso em comum de:

a) instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção e de informática;

b) pessoal técnico; e

c) procedimentos de seleção e admissão de pessoal;

XIII - desempenhar funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas, ou representar ente consorciado, nos órgãos que integram o sistema de gerenciamento de recursos hídricos nos termos de delegação específica;

XIV - representar os seus integrantes perante qualquer órgão ou entidade do Poder Público ou da iniciativa privada em assuntos relacionados aos seus objetivos e competências;

XV - promover estudos e debates sobre assuntos de caráter econômico, técnico, científico, ambiental, cultural ou social relacionados aos seus objetivos e competências institucionais;

XVI - desenvolver atividades técnico-administrativas visando ampliar os níveis de conscientização, politização, organização e participação dos consorciados nas instâncias e atividades do Consórcio;

XVII - promover a defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos delegados em face dos delegatários do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO ou dos Entes consorciados;

TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

XVIII - propor e colaborar para a elaboração de leis de interesse dos consorciados tratando de assuntos relacionados aos seus objetivos e competências e dos serviços objetos de sua atuação;

XIX - firmar convênios, comodatos e contratos com organizações, entidades e empresas nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, nas áreas em que atua, assim como receber doações, legados, contribuições e outros auxílios;

XX - contratar ou prestar serviços destinados à formulação de estudos, planos, programas, projetos e obras, aquisição e instalação de tecnologias relacionados aos seus objetivos e competências e dos serviços objetos de sua atuação;

XXI - buscar aportes financeiros junto a órgãos públicos nacionais e internacionais, empresas e organizações não governamentais, nacionais e internacionais, por meio de projetos que objetivam atender aos seus, assim

como desenvolver e/ou executar programas e projetos, diretamente ou em cooperação com estes organismos;

XXII - celebrar Contrato de Rateio com os consorciados destinado à manutenção de suas atividades administrativas e regulatórias;

XXIII - desenvolver quaisquer outras atividades correlatas ou necessárias ao fiel cumprimento dos seus objetivos;

XXIV - dispor sobre a gestão de pessoal.

§ 1º Autorização expressa do Chefe do Executivo respectivo é necessária para que o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, representando ente consorciado, firme contrato de delegação da prestação de serviço público de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais ou de atividade dele integrante, por prazo determinado, atendido o disposto nos inciso III e IV do caput.

§ 2º A autorização mencionada no § 2º será tácita na ausência de manifestação em contrário no prazo de trinta dias em face de decisão da Assembleia Geral, contados a partir da data da notificação expressa do Chefe do Executivo interessado.

§ 3º O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO somente realizará os objetivos do inciso VII do caput por meio de contrato, no qual seja estabelecida remuneração compatível com os valores de mercado, condição que, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser comprovada previamente e explicitada na publicação do extrato do contrato.

§ 4º O compartilhamento, o uso comum, a doação e a cessão de bens ou de pessoal técnico previstos no inciso XII do caput serão disciplinados, respectivamente, por contrato, Convênio ou Termo de Cooperação Técnica entre os Entes consorciados interessados e o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

§ 5º Os bens alienados, cedidos em uso ou destinados ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO pelo consorciado que se retirar do consórcio somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do instrumento de transferência ou de alienação.

§ 6º Havendo declaração de utilidade ou necessidade pública emitida pelo ente federado em que o bem ou direito se situe, fica o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO autorizado a promover a desapropriação, proceder à requisição ou instituir a servidão, desde que o bem ou direito seja necessário à consecução da prestação e regulação dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais.

§ 7º O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO poderá realizar operação de crédito com vistas ao financiamento de equipamentos, obras e instalações vinculadas aos seus objetivos, entregando como pagamento ou como garantia receitas futuras da prestação de serviços, ou tendo como garantidores os entes consorciados interessados.

§ 8° A garantia por parte de entes consorciados em operação de crédito prevista no § 8° exige autorização específica dos respectivos legislativos.

§ 9º O ressarcimento ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO dos custos advindos da prestação a terceiros de serviços próprios do gerenciamento dos resíduos de construção civil, dos resíduos volumosos, dos resíduos dos serviços de saúde e dos demais resíduos especiais dar-se-á pela cobrança de preços públicos aprovados pela entidade reguladora, os quais se constituirão em receitas próprias do Consórcio.

§ 10º A fiscalização por parte do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO dos geradores, transportadores, receptores e processadores dos resíduos da construção civil, dos resíduos de serviços de saúde e dos demais resíduos especiais far-se-á em cooperação com os órgãos de vigilância sanitária dos entes consorciados e com os demais órgãos competentes.

Art. 10º Na área de Meio Ambiente:

I - Exercer competências de Licenciamento Ambiental mediante descentralização da SEMAD/GO.

II - Aquisição de produtos de limpeza para órgãos da administração pública.

III – Planejamento e Construção de Planos Ambientais Regionais bem como a assistência técnica aos entes consorciados visando elaborar projetos integrados, encaminhando os pleitos de solicitação de recursos, realizando a gestão de contratos e convênios.

IV – Recuperação e/ou preservação de recursos hídricos de grande importância para os Entes consorciados envolvidos, quer pela captação de água para fins urbanos, seja pelo lançamento de efluentes de sistemas de tratamentos de esgotos domésticos.

V – Serviços de produção de mudas de espécies nativas para proteção e despoluição de nascentes .

VI - Planejamentos para implantação de práticas conservacionistas de solo para a zona rural e saneamento básico na zona rural

VI - Definição de políticas de educação ambiental com serviços de capacitação de monitores, multiplicadores, centros de referência para práticas de educação ambiental.

VII - Coleta Seletiva e a reciclagem de lixo, bem como o manejo e destinação adequada de resíduos sólidos.

VIII - Serviços de Recuperação de matas ciliares

IX – Assistir Tecnicamente os Entes consorciados

X – Demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 11º Na área da Saúde, administração e aquisição de materiais e serviços dentre eles:

I – Realizar a estruturação de redes regionais integradas para assistência em diversas especialidades, envolvendo os equipamentos municipais e estaduais das regiões;

II – Planejar, capacitar e avaliar as ações básicas de saúde;

III – Gerir equipamentos complexos de saúde na área hospitalar e laboratorial

IV – Ampliar a oferta de leitos públicos e o acesso às redes de alta complexidade,

V – Aprimorar os sistemas de vigilância de saúde

VI – Oferecer programas regionais de formação e educação permanente para os profissionais de saúde

VII - Compra de veículos de transporte de pacientes;

VIII - Compra de medicamentos de uso contínuo e ambulatoriais para atendimento de programas municipais;

IX - Compra de equipamentos e aparelhos de exame;

X - Contratação de cirurgias medicas;

XI - Contratação de exames clínicos;

XII – Demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 12 Na área de Educação, aquisição de materiais e serviços:

I - compra de materiais escolares para atendimento de programas municipais;

II - compra de veículos de transporte escolar;

III - compra de móveis e equipamentos para escolas públicas;

IV - construção e reforma de escolas;

V – compra de merenda escolar;

VI – contratação de soluções integradas de tecnologias para aprendizado nas escolas;

VII – contratação de segurança e controle nas escolas;

VIII - aquisição e contratação de cursos para capacitação de professores, e demais servidores da educação;

IX – aquisição de Uniformes Escolares para os estudantes garantindo todos os aspectos envolvidos

X – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 13 Na área de Recursos Hídricos, uso sustentável das águas:

I - representação dos entes consorciados nos Comitês de Bacias Hidrográficas no território do Consórcio;

II - recuperação de nascentes, e matas ciliares;

III – contratação de convênios com entidades de iniciativa ou privada públicas, para atender as demandas necessárias dos entes consorciados;

IV – representação dos entes consorciados, perante projetos de conversão de multas ambientais, junto a Petrobras, empresas privadas e demais entidades e Órgãos, assessorando a elaboração de projetos, captação de recursos e indicando as necessidades dos entes consorciados.

V –demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 14 Na área de Energia e Iluminação Pública, aquisição de materiais e serviços:

I - Compra de lâmpadas, cabos, postes, e outros materiais elétricos.

II - Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para prestação compartilhada do serviço junto aos entes consorciados.

III - Implementação de fontes alternativas de energia sustentável, inclusive a energia solar, eólica em toda a sua extensão e outras.

VI – implementação e aquisição soluções tecnológicas para redução e aprimoramento da iluminação pública para os entes consorciados.

V – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 15 Na área de Transporte, desenvolvimento da infraestrutura e manutenção de vias municipais e estaduais de transporte:

I - celebração de convênio com a GOINFRA-GO para manutenção de rodovias, pavimentação, construção de pontes, e uso compartilhado de máquinas e equipamentos.

II - aquisição de peças de veículos, veículos, sinalização e máquinas.

III – celebração de convênios com órgãos estaduais, federais, para construção de rodovias, pavimentação, construções de pontes, e uso compartilhado de máquinas e equipamentos;

IV – celebração de convênios com empresas estatais, estadual e federal, para compartilhar projetos de compensação ambiental, termo de ajuste de conduta, recursos providos de sanções financeiras impostas a quem comete infrações contra a legislação de proteção do meio ambiente, ocorridos dentro da jurisdição dos entes consorciados ou não, em prol de aquisição de equipamentos, maquinas, veículos, saneamento básico, recuperação da área urbana e rural.

V - celebração de contrato/concessão para transporte urbano;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

VI – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 16 Na área de Trânsito, segurança de trânsito:

I - celebração de convenio com o DETRAN-GO para sinalização e educação de trânsito nos entes consorciados .

II – compra de semáforos, placas e sinalização viária;

III – compras de viaturas, uniformes, solução tecnologia para sinalização viária e demais necessidades dos entes consorciados.

IV – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 17 Na área de Indústria, Comércio e Agricultura, promover a implantação de indústrias na região do consórcio, o desenvolvimento do comércio regional, o registro sanitário (serviço de inspeção municipal), via consórcio:

I - implantação de Polos Industriais na região;

II - implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, via Consórcio, para produtos alimentícios de origem animal e vegetal.

III – representar junto aos órgãos estadual, federal, autarquias, bancos estatais e privados, BNDS, bancos estrangeiros, a fim de realizar convênios, com a finalidade de fomento financeiro para promover o desenvolvimento, o progresso, o crescimento industrial, comércio e agricultura, através de incentivo, apoio, estímulo e proteção. Como instrumento para apoiar iniciativas privados ou projetos de utilidade pública, visando o desenvolvimento social, cultural ou econômico, garantindo que essas ações floresçam e se realizem.

IV – prospecção de novas possibilidades e desenvolvimento de novas culturas de comodities com benefícios para as microrregiões tais como psicultura, sericicultura, apicultura, cultivo de cânhamo, dentre outros

V - projetos de recuperação e compensação de áreas degradadas.

VI – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Art. 18 Na área de Assistência Social, apoiar a realização de Programas Assistenciais dos entes consorciados:

I – construção de moradias populares;

II – celebração de convenio com entidades públicas ou privadas a fim de proporcionar acesso a moradias através de contrapartida dos entes consorciados;

III – construção de creches;

IV – aquisição de cestas básicas para doação;

V – aquisição de enxovais para bebê;

VI – contratação de eventos para concretização de políticas públicas, visando garantir o atendimento às necessidades básicas e a proteção social de indivíduos, famílias e comunidades que se encontram em situação de pobreza, vulnerabilidade ou exclusão, de acordo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VII - construção e administração de locais de acolhimento (day use e hospedagem) voltados para população de rua em situação de violência doméstica ou qualquer outra vulnerabilidade,

VII – construção de centros comunitários para pratica de esportes e atividades de lazer em especial para a população da 3ª idade

VIII - capacitação pessoas para atuar na divulgação de projetos de geração de recursos para população em alto risco de vulnerabilidade econômica (pobreza extrema).

IX – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 19 Na área de Segurança Cidadã e Ordem Pública, o Consórcio atuará de forma colaborativa e integrada, visando o fortalecimento das estruturas municipais e a promoção de um ambiente seguro para os cidadãos da região.

I - Realizar licitações compartilhadas para aquisição, em escala, de equipamentos, uniformes, veículos e tecnologias para as Guardas Civis Municipais e agentes de trânsito, reduzindo custos e padronizando os recursos.

II - Desenvolver e implementar um sistema regional de videomonitoramento inteligente, com centrais de controle interligadas, para otimizar a vigilância de espaços públicos e o compartilhamento de informações entre os municípios.

III - Promover e gerenciar programas de capacitação, treinamento e formação continuada de forma conjunta para os agentes das Guardas Civis Municipais, buscando a unificação de protocolos e a excelência no serviço.

IV - Articular e representar os municípios consorciados junto às esferas de governo estadual e federal para a captação de recursos e a implementação de convênios e ações integradas com as Polícias Civil, Militar e Federal.

V – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Art. 20 Na área de Limpeza Urbana, o Consórcio terá como objetivo a gestão integrada e sustentável dos serviços, visando a otimização de recursos e a melhoria da qualidade de vida e da salubridade ambiental nos municípios consorciados.

I - Realizar licitações compartilhadas ou contratar, de forma regional, a prestação de serviços de varrição, capina, poda de árvores e pintura de meio-fio, buscando economia de escala e maior eficiência operacional.

II - Adquirir e gerenciar, para uso compartilhado entre os municípios, uma frota de equipamentos especializados, como caminhões-pipa, varredeiras mecanizadas e veículos para coleta de resíduos volumosos (entulhos e móveis).

III - Desenvolver e executar campanhas regionais de educação ambiental e de conscientização da população sobre o descarte correto do lixo e a importância da limpeza urbana.

IV - Planejar e implementar um sistema consorciado para a logística reversa de resíduos especiais, como pneus, pilhas, baterias e eletrônicos, garantindo sua destinação ambientalmente adequada.

V - Gerenciar a operação de Ecopontos regionais para o recebimento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e materiais recicláveis, em conformidade com o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

VI – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 21 Na área de Infraestrutura, o Consórcio atuará como facilitador e executor de ações regionais para a melhoria e manutenção da malha viária urbana e rural, garantindo a mobilidade, a segurança e o desenvolvimento econômico dos municípios.

I - Adquirir, operar e manter uma patrulha mecanizada regional, composta por máquinas pesadas (motoniveladoras, retroescavadeiras, rolos compactadores, caminhões, etc.), para uso compartilhado na manutenção e recuperação de estradas vicinais.

II - Implantar e operar usinas de asfalto (fixas ou móveis) para a produção de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), visando reduzir o custo e garantir o fornecimento de material para as operações de tapa-buracos e recapeamento nos municípios.

III - Realizar licitações compartilhadas de grande porte para a contratação de empresas de engenharia para execução de obras de pavimentação asfáltica, recapeamento e micro revestimento, aproveitando o poder de compra coletivo.

IV - Manter um corpo técnico compartilhado de engenheiros, topógrafos e técnicos para a elaboração de projetos de infraestrutura viária, fiscalização de obras e assessoria aos municípios consorciados.

V - Desenvolver um Plano Regional de Recuperação de Vias, identificando trechos críticos e estabelecendo um cronograma de ações prioritárias com base em critérios técnicos, a ser executado de forma consorciada.

VI – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 22 Na área da Cultura, o Consórcio fomentará a produção, a difusão e o acesso aos bens culturais, promovendo a integração regional, a valorização da identidade local e a formação de público.

I - Criar e gerenciar um calendário cultural regional integrado, divulgando e articulando os eventos, festivais e festividades tradicionais de todos os municípios consorciados.

II - Realizar a contratação compartilhada de artistas, estruturas de palco, som e iluminação para a realização de eventos, otimizando os recursos e permitindo o acesso a atrações de maior porte.

III - Desenvolver e executar projetos culturais itinerantes, como circuitos de teatro, música, cinema e exposições de arte, que circulem pelos municípios, democratizando o acesso à cultura.

IV - Promover programas de capacitação e formação para artistas e agentes culturais da região, em parceria com instituições de ensino e entidades do setor.

V - Captar recursos e gerenciar, de forma compartilhada, espaços culturais de importância regional, como teatros, centros culturais ou museus, garantindo sua manutenção e programação contínua.

VI – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art. 23 Na área de Lazer e Esporte, o Consórcio promoverá a integração regional e o incentivo à prática de atividades físicas e recreativas, visando a melhoria da saúde, do bem-estar e da inclusão social da população.

I - Organizar e coordenar competições e campeonatos esportivos intermunicipais em diversas modalidades, envolvendo atletas de todas as idades e promovendo a integração entre as comunidades.

II - Realizar licitações compartilhadas para a aquisição de academias ao ar livre, playgrounds, kits de materiais esportivos e equipamentos para a estruturação de praças e centros esportivos nos municípios.

III - Criar e executar programas regionais de lazer e esporte voltados para públicos específicos, como crianças, jovens em situação de vulnerabilidade, idosos e pessoas com deficiência.

IV - Promover a capacitação e qualificação de profissionais de educação física e gestores esportivos dos municípios, por meio de cursos, workshops e seminários.

V – demais necessidades inerentes ao objetivo e finalidade do Consórcio e entes confederados.

Art 24 Com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, a inovação na gestão pública e o atendimento ao interesse comum, o Consórcio poderá, mediante deliberação de seus órgãos competentes, prospectar, planejar, desenvolver e executar novas soluções, tecnologias, projetos e serviços que representem melhorias e ganhos de eficiência para os entes consorciados, ainda que não expressamente detalhados nas competências específicas deste Estatuto, desde que alinhados aos objetivos gerais e às áreas de atuação da entidade.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Capítulo I
DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO

Art. 25 O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria Executiva (Diretoria e Conselho Fiscal);

III - Presidência;

IV – Controladoria e Ouvidoria;

V - Superintendência;

VI – Diretoria Jurídica

VII – Secretaria Executiva

VIII - Conselho Regional do Consórcio;

VII - Comissões Técnicas;

Parágrafo único. Novos órgãos poderão ser criados com a respectiva decisão da Assembleia incluindo novos cargos, empregos e funções remuneradas.

Capítulo II
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 26 A Assembleia Geral, instância máxima do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os entes consorciados no exercício de suas funções.

§ 1º Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

§ 2º No caso de ausência de Prefeito, o Vice-Prefeito devidamente autorizado pelo prefeito via ofício ao consórcio, assumirá a representação do ente federado consorciado na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º Os Chefes do Executivo poderão também outorgar mandato aos secretários de administração ou das respectivas áreas de serviços do Consórcio para representar o ente consorciado na Assembleia, os quais assumirão os direitos de voz e voto.

§ 4º Nenhum empregado do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleia Geral, e nenhum servidor de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.

§ 5º Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

§ 6º Somente os representantes de entes consorciados com contratos de rateios assinados, empenhados, e em vigor poderão participar das deliberações da Assembleia Geral.

Seção I
Da Convocação das Assembleias Gerais

Art. 27 As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas bienalmente, até o último dia do mês de novembro, para eleger os membros das Diretorias e do Conselho Fiscal para o exercício seguinte e, anualmente até o último dia do mês de janeiro para deliberação sobre contas do exercício anterior.

§ 1º A Assembleia Geral Ordinária deve ser convocada com no mínimo trinta (30) dias de antecedência da data de sua realização, pelo Presidente do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás, no quadro de avisos da sede do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, no sítio na Internet do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, e enviado por mensagem eletrônica aos consorciados, dele devendo constar:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;

II - o local, o horário e a data da Assembleia;

III - a pauta da Assembleia.

IV - no caso de apreciação de contas ou relatórios, deverá ser disponibilizado o seu texto integral através do sítio que o Consórcio manterá na Internet com quinze (15) dias de antecedência.

§ 2º No caso de omissão do Presidente do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO em convocar a Assembleia Geral Ordinária, esta poderá ser convocada por meio de edital subscrito por, pelo menos, dois diretores ou o Conselho fiscal, a partir de 1º de dezembro e 1º de fevereiro, respectivamente, observadas as demais formalidades previstas neste artigo.

§ 3º A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente, por dois membros da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos representantes consorciados, para deliberar sobre quaisquer assuntos, exceto o constante do caput deste artigo, mediante publicação de aviso de edital no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás por pelo menos uma vez, e no sítio de internet do Consórcio, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da data da sua realização, e enviado por mensagem eletrônica aos consorciados, e do aviso constará:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;

II - o local, o horário e a data da Assembleia;

III - a pauta da Assembleia.

§ 4º A regularidade da convocação da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária requer o cumprimento de todas as formalidades previstas neste artigo.

§ 5º Em todas as convocações de Assembleia Geral deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 6º Não atendida às formalidades previstas neste artigo, os atos da Assembleia são nulos.

§ 7º As Assembleias Gerais reunirão de forma presencial, excepcionalmente a Assembleia Geral Extraordinária poderá ser realizada de forma virtual mediante justificativa da Diretoria Executiva, com o edital de convocação enviado aos consorciados via mensagem de telefone e publicado em vinte e quatro horas (24hs) no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás, ficando dispensadas as demais formalidades de convocação, devendo a reunião ser gravada e publicada no site do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

Seção II
Do Voto dos Consorciados e do Quórum para a Instalação e para Deliberação

Art. 28 Nas Assembleias Gerais, o voto de cada Município consorciado terá peso 1 (um).
Parágrafo único. O voto será público, nominal e aberto.

Art. 29 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, conforme a convocação.

§ 1º As reuniões da Assembleia Geral poderão ser realizadas, a critério do Presidente do Consórcio e conforme especificado no Edital de Convocação, nas seguintes modalidades:

I - Presencial: com a presença física dos representantes na sede do Consórcio ou em local designado;

II - Remota (Virtual): com a participação de todos os representantes por meio de plataforma digital segura que permita a interação síncrona;

III - Híbrida: com a participação presencial de alguns membros e a remota de outros.

§ 2º No caso das modalidades Remota e Híbrida, o Consórcio deverá utilizar plataforma tecnológica que garanta:

I - A autenticidade, a identificação segura e inequívoca dos Entes Consorciados ou seus representantes;

II - A segurança da comunicação, a ampla visibilidade e a inviolabilidade do voto e das manifestações;

III - O registro integral do encontro, incluindo áudio e vídeo, que deverá ser arquivado e estar disponível aos Entes Consorciados por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

§ 3º O Edital de Convocação deverá indicar, de forma clara, a modalidade de realização da reunião e, no caso das modalidades Remota ou Híbrida, os meios de acesso à plataforma digital.

§ 4º A comprovação de quórum e a formalização das deliberações dar-se-ão por meio do registro eletrônico da presença e dos votos na plataforma digital utilizada, os quais serão anexados à respectiva Ata, para todos os fins de direito.

§ 5º A Assembleia se instalará com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos consorciados, e não havendo quórum, 30 minutos após com qualquer número, porém os trabalhos ficarão restritos as informações e discussões até que se alcance o quórum mínimo, para deliberação.

Art. 30. A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária deliberará por maioria simples dos representantes de 1/3 (um terço) dos entes consorciados presentes e aptos a votar, exceto para as decisões que exijam quórum qualificado, nos termos do protocolo de Intenções/contrato de consórcio ou deste estatuto, salvo nas seguintes hipóteses:

I - deliberar sobre a reversão ou retrocessão de bens para ente da Federação que tenha exercido o seu direito de recesso, que exigirá manifestação favorável de 2/3 (dois terços) dos consorciados presentes na assembleia.

II - eleger e destituir os membros das Diretorias e do conselho Fiscal que exigirá maioria dos votos na Assembleia, com presença da maioria absoluta dos consorciados.

§ 1º Para o cômputo do número de votos considerar-se-ão os votos brancos, nulos e ausentes.

§ 2º As abstenções serão tidas como votos brancos.

Art. 31 Outras disposições sobre o funcionamento da Assembleia Geral poderão ser consolidadas e completadas por Regimento Interno que a própria Assembleia Geral venha a adotar.

Seção III
Das Competências da Assembleia Geral

Art. 32 Compete à Assembléia Geral:

I - homologar o ingresso no CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO de ente federado que tenha ratificado o Protocolo de Intenções original ou seus adendos após dois anos da respectiva subscrição

II - aplicar as penas de suspensão e exclusão do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO;

III - aprovar as alterações destes estatutos;

IV - eleger e dar posse aos membros da Diretoria Executiva, da Diretoria Financeira, e do Conselho Fiscal;

V - destituir o Presidente, Diretores e Conselheiros do Consórcio;

VI - destituir membros das Comissões Técnicas e os membros do Conselho Regional do Consórcio;

VII - quanto a gestão orçamentária, aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

d) a realização de operações de crédito conforme regulamentação da matéria pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso VII, da Constituição Federal;

e) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a oneração daqueles em relação aos quais, nos termos de Contrato de Programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio.

f) o quadro de pessoal, bem como as remunerações, os adicionais e as gratificações.

g) os adicionais e as gratificações de servidores cedidos ao Consórcio.

h) aprovar as contas anuais do Consórcio, e encaminhá-las para apreciação do TCM/GO.

VIII - quanto às questões técnicas, aprovar:

a) os planos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais, bem como outros planos de caráter regional na área de atuação do Consórcio;

b) o plano operacional da prestação dos serviços que tenham sido delegados para o Consórcio ou cuja contratação tenha sido delegada ao Consórcio;

c) as minutas de contratos de programa nos quais o Consórcio compareça como contratante ou como prestador de serviço;

d) a minuta de edital de licitação para concessão de serviço público de manejo de resíduos sólidos no qual o Consórcio compareça como contratante, bem como a minuta do respectivo contrato de concessão;

IX - aceitar a cessão de servidores com ônus para o Consórcio;

X - avaliar a execução dos planos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais de caráter regional na área de atuação do consórcio;

XI - apreciar medidas e decidir sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XII - examinar, emitir parecer e encaminhar as decisões do Conselho Regional do Consórcio;

XIII - homologar a indicação de ocupante para o cargo em comissão de Superintendente e autorizar sua exoneração.

XIV - aprovar alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio.
Parágrafo único. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam as competências decorrentes da Lei 11.107/2005, do Decreto 6.017/2007 e do Contrato de Consórcio Público.

Seção VI
Das Atas e Assinaturas Digitais

Art. 33 As atas de cada reunião da Assembleia Geral serão lavradas em livro próprio ou em arquivo eletrônica, sendo lida, aprovada e assinada pelos presentes ou seus representantes serão registradas observando para que constem:

I - lista de presença, todos os entes consorciados representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral, bem como a proclamação dos resultados da votação.

§ 1º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram para o sigilo.

§ 2º Para fins de validade e agilidade, a Ata da Assembleia Geral, bem como suas cópias poderão ser formalizadas e assinadas em meio eletrônico, utilizando-se de certificação digital no padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou outro sistema de assinatura eletrônica avançada nos termos da legislação federal aplicável.

Art. 34 Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas a Ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, afixada na sede do Consórcio e publicada no sítio que o Consórcio mantiver na internet por pelo menos quatro anos.

§ 1º Nos casos de entes consorciados em que o acesso público à internet seja limitado ou dificultado por qualquer razão, cópia impressa da ata deverá ficar disponível para consulta por qualquer cidadão do povo na sede dos entes consorciados.

§ 2º Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer cidadão do povo.

Capítulo III
DA ELEIÇÃO, DA POSSE E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE, MEMBROS DAS DIRETORIAS E DO CONSELHO FISCAL

Art. 35 O Presidente, o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor Financeiro Substituto e Conselheiros Fiscais serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º Somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de entes consorciados em dia com as cotas dos contratos de rateio do Consórcio.

§ 2º O Presidente instalará a Assembleia e abrirá prazo de 30 (trinta) minutos para apresentação de chapas com o nome do Presidente, o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor Financeiro Substituto.

§ 3º Apresentadas as chapas, o presidente facultará o prazo de 10 (dez) minutos ao candidato a presidente da respectiva chapa para as considerações pertinentes e em seguida a votação, ou aclamação caso seja chapa consensual.

§ 4º A eleição será mediante voto público, nominal e aberto, ressalvada a eleição por aclamação.

§ 5º Será eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos na Assembleia, com presença da maioria absoluta dos consorciados.

Art. 36 Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por meio de indicações consensuais dos participantes da Assembleia logo após a eleição dos diretores.

Art. 37 O mandato da Diretoria Executiva, Diretoria Financeira e do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para mandatos subsequentes.
Parágrafo único. Os períodos de mandato serão sempre coincidentes com os primeiros e segundos anos e/ou os terceiros e quartos anos dos mandatos de prefeito, iniciando-se com a posse nos órgãos do Consórcio.

Art. 38 O Presidente em exercício convocará, até o último dia do mês de novembro do ano de encerramento de seu mandato, a Assembleia para cerimônia pública de eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal adotado pelo Consórcio notificando a cada um dos consorciados por e-mail e mensagens no telefone do representante do ente federativo, publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sítio que o Consórcio manterá na internet.

Parágrafo único A eleição e a posse far-se-ão no mesmo dia.

Art. 39 Imediatamente após o encerramento da eleição, iniciar-se-á a cerimônia pública de posse, que por decisão da Assembleia poderá ser marcada para outra data.

§ 1º Se a Assembleia Geral Ordinária de eleição do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO ocorrer no mês de dezembro, a posse será a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 2º Caso ausente membro da Diretoria a ser empossada, esta tomará posse perante o Presidente do Consórcio, aditando-se o termo de posse.

§ 3º O eventual atraso na eleição e posse não implicará a alteração da data e término do mandato, mas apenas na prorrogação pro tempore do mandato anterior.

§ 4º Na cerimônia de posse será lavrado o Termo constando o período do mandato e a qualificação dos empossados, sendo assinado pelos empossantes e os empossados.

Art. 40 O Presidente, demais Diretores e os Conselheiros poderão ser destituídos mediante deliberação da Assembleia, constando a destituição da pauta, bastando ser apresentada moção de censura, subscrita por pelo menos 3 (três) consorciados, atendido o direito de defesa.

§ 1º Será designado Presidente pro tempore por maioria simples dos presentes até a nova eleição em Assembleia Geral.

§ 2º Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será a mesma imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor, se presente, ao Presidente, Diretor ou Conselheiro que se pretenda destituir, sendo necessária a maioria dos votos na Assembleia com presença da maioria absoluta dos consorciados para a destituição.

§ 4º Na ocorrência de vacância de cargo pela destituição, a mesma Assembleia elegerá o novo titular por maioria simples dos presentes.

Art. 41 A moção de censura de que trata o art. 46 poderá ser motivada pelas seguintes faltas:
I - improbidade administrativa;

II - quebra do decoro do cargo, devidamente circunstanciada;

III - falta injustificada a três reuniões consecutivas da Diretoria;

IV - atuação contrária aos interesses do Consórcio, devidamente comprovada.

V - não ratificar em lei as alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio aprovadas pela Assembleia Geral, dentro do prazo estipulado por resolução do presidente do Consórcio.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS GO

Art. 42 Para não incorrer em casos de inelegibilidade previstos na legislação eleitoral, o Presidente e os Diretores afastarão definitivamente de seus cargos.

Parágrafo único. Na Assembleia Geral para desincompatibilização de cargos do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, para fins de concorrer a eleições municipais, serão eleitos e empossados os sucessores daqueles que se desincompatibilizarem, para complementação do respectivo mandato no Consórcio.

Andrea Helena Costa Alves
OAB/GO 14.205
Advogada
AV WILSON QUIRINO DE ANDRADE, Nº 460, SALA 12,
BAIRRO ANHAGUERA, INHUMAS – GO, CEP 75.400-00 –
CNPJ 18443577/0001-33

Capítulo IV
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 43 A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, eleita na forma do contrato de consórcio, e deste estatuto, e composta por:

I - Presidente

II - Vice-Presidente

III - Diretor Financeiro

IV - Diretor Financeiro Substituto

§ 1º Nenhum dos Diretores perceberá remuneração ou qualquer espécie de verba indenizatória, exceto as despesas de alimentação e estadia para representação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

§ 2º Somente poderá ocupar cargo na Diretoria o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

Art. 44 A Diretoria reunir-se-á pelo menos a cada 04 (quatro) meses, sendo suas reuniões convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

Art. 45 Compete à Diretoria Executiva:

I - julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO;

II - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - designar, por meio de resolução, o servidor do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO que exercerá a função de Ouvidor;

V - aprovar a proposta de fixação, revisão ou reajuste de tarifas e outros preços públicos, autorizando que seja enviada para emissão de parecer do ente de regulação e aprovação da Assembleia Geral;

VI - aprovar as propostas de planos e regulamentos de serviços públicos com gestão associada, autorizando que sejam encaminhadas, para apreciação, ao ente de regulação e à aprovação da Assembleia Geral;

VII - aprovar proposta de cessão de servidores ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, que seja enviada à aprovação da Assembleia Geral;

VIII - elaborar proposta de Regulamento Geral do Pessoal do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, enviando-a para a apreciação da Assembleia Geral;

IX - conceder, nos termos previstos no orçamento anual do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, revisão anual da remuneração de seus empregados;

X - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

XI - autorizar a instauração de licitação que não de tipo menor preço, nos termos da justificativa subscrita pelo Superintendente;

XII - propor alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e deste estatuto ou resolver questões vinculadas à interpretação de seus dispositivos;

XIII - julgar, além do estabelecido no Contrato de Consórcio Público:

a) impugnações a editais de concursos públicos,

b) recursos referentes ao indeferimento de inscrição de concursos públicos ou à homologação de seus resultados;

c) recursos referentes ao indeferimento de registro cadastral, para fins de constar do cadastro de fornecedores;

XIV - estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio.

XV - Apresentar os relatórios contábeis das contas anuais do Consórcio para o Conselho Fiscal até dia 15 de fevereiro de cada exercício financeiro.

XVI - atendendo solicitação de entes consorciados, decidir sobre a realização de licitações compartilhadas;

XVII - elaborar as propostas de: plano plurianual de investimentos, orçamento anual, e rateios do Consórcio, a serem aprovados pela Assembleia Geral.

XVIII - aprovar os Planos de Trabalho das áreas de serviços públicos do Consórcio.

XIX - receber as indicações dos representantes do Conselho Regional do Consórcio e homologar sua respectiva composição;

XX - zelar pelo cumprimento das decisões da Assembleia Geral do Consórcio.

TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

XXI - baixar resoluções de suas decisões.

§ 1º Em face de decisões da Diretoria não cabe recurso à Assembleia Geral, porém esta última, ex oficio, poderá debater, manter, extinguir ou modificar atos da Diretoria.

§ 2º A Diretoria deliberará sobre o convite e a participação em suas reuniões de não membros da mesma.

Art. 46 Dos atos da Diretoria se dará publicidade, por meio da disponibilização das atas de suas reuniões no sítio eletrônico do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

Capítulo V
DA PRESIDÊNCIA

Art. 47 Além do previsto no Contrato de Consórcio Intermunicipal e em outros dispositivos destes estatutos, incumbe ao Presidente:

I - convocar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva, e do Conselho Regional do Consórcio;

II - nomear e contratar o Superintendente homologado pela Assembleia Geral,

III - movimentar as contas bancárias do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, em conjunto com o Diretor Financeiro;

IV - celebrar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;

V - exercer o poder disciplinar no âmbito do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, determinando a instauração de procedimentos e julgando-os, aplicando as penas que considerar cabíveis, com exceção da dispensa de empregados efetivos ou temporários, que dependerá de autorização da Diretoria Executiva;

VI - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$ 50.000,00(cinquenta mil reais) e inferior a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

VII - homologar e adjudicar objeto de licitações e contratações diretas previstas na Lei Federal 14.133/2021;

VIII - homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada na Lei Federal 14.133/2021, Art. 75, inciso II, quando a proposta de menor preço for de valor superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IX - zelar pelos interesses do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, exercendo todas as competências que não tenham sido atribuídas a outro órgão do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, pelos presentes estatutos ou pelo Contrato de Consórcio Público.

X - solicitar a cessão de servidores dos entes consociados, suas autarquias, empresas públicas, associações de representação de entes consorciados, constituída na forma da Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022 e/ou reconhecidas de utilidade pública para prestar serviços ao Consórcio;

XI - criar Comissões Técnicas para atender demandas do Consórcio nas áreas de serviço público previstas no contrato de consórcio.

XII - nomear a Comissão de Licitação, o Pregoeiro e o Controlador Interno do Consórcio;

XIII - baixar as resoluções das decisões da Assembleia Geral, e as portarias para funcionamento do Consórcio;

§ 1º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, o Superintendente poderá praticar atos ad referendum do Presidente.

§ 2º Os atos mencionados no § 1º perderão a sua eficácia caso não ratificados em até 30 (trinta) dias úteis de sua emissão.

Capítulo VI
DA DIRETORIA FINANCEIRA

Art. 48 Compete privativamente ao Diretor Financeiro:

I - movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o presidente;

II - exercer a gestão patrimonial do Consórcio;

III - planejar todas as necessidades financeiras à execução do orçamento, dentre os quais:

a) promover o lançamento das receitas, e a execução das despesas;

b) emitir as notas de empenho de despesa.

IV - baixar portarias de para operacionalização da gestão financeira do Consórcio.

§ 1º Este estatuto poderá dispor sobre outras competências do Diretor Financeiro,

§ 2º Ao Diretor Financeiro Substituto compete substituir o Diretor Financeiro nas suas ausências, licenças, impedimentos ou renúncia.

Capítulo VII
DA SUPERINTENDÊNCIA

Art. 49 Os cargos em comissão da Superintendência são providos mediante indicação do Presidente do Consórcio, devendo a indicação do Superintendente ser homologada pela Assembleia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - formação de nível superior e conhecimento profissional na área de gestão pública.

§ 1º Caso seja servidor do Consórcio ou de ente consorciado, quando de sua designação o Superintendente será automaticamente afastado de suas funções originais.

§ 2º O Superintendente será exonerado por ato do Presidente, condicionado à autorização prévia da Assembleia Geral.

Art. 50 Compete ao Superintendente, além das competências previstas no Contrato de Consórcio Público:

I - exercer a supervisão das atividades técnicas, administrativas e financeiras do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, praticando todos os atos que não sejam competências privativas dos órgãos de direção do Consórcio;

II - auxiliar o Presidente em suas funções, cumprindo com as suas determinações, bem como mantendo-o informado e prestando-lhe contas da situação da prestação dos serviços objeto da gestão associada, e da situação financeira e administrativa do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO;

III - praticar atos ad referendum do Presidente por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio desde que previamente autorizado;

IV - coordenar e supervisionar a execução dos planos de trabalho, programas e projetos aprovados pela Diretoria Executiva e pela Assembleia Geral.

II - propor à Presidência e à Diretoria Executiva a elaboração de novos projetos e soluções de interesse dos entes consorciados.

III - gerir os recursos humanos do Consórcio, supervisionando a atuação do quadro de pessoal e propondo programas de capacitação e desenvolvimento.

IV - secretariar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, sendo responsável pela elaboração das respectivas atas.

V - praticar atos de gestão patrimonial e orçamentária sob a orientação da Diretoria Financeira, preparando relatórios gerenciais para subsidiar as decisões dos órgãos superiores.

VI - atuar como elo de comunicação entre a estrutura política (Presidência e Diretoria) e a estrutura técnico-administrativa (Secretaria Geral e Diretoria Jurídica), garantindo o alinhamento estratégico e operacional.

VII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente, nos termos do Contrato de Consórcio e deste Estatuto.

VIII - auxiliar a Diretoria Executiva na elaboração do plano plurianual, do orçamento anual e rateios do Consórcio;

IX - zelar pelo patrimônio e todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

XI - praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pela observância dos preceitos legais estatutários;

IX - apoiar o funcionamento do Conselho Regional do Consórcio;

X - promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

§ 1º Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competências que não sejam privativas do Presidente, nos termos aprovados pela Diretoria.

§ 2º A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado no sítio que o Consórcio manterá na internet, devendo tal publicação ocorrer antes da data de início de vigência e ser mantida até um ano após a data de término da delegação.

§ 3º Os cargos da superintendência estarão sob regime de CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, e carga horária definida pelo quadro de pessoal do consórcio.

Capítulo VIII
Da Secretaria Executiva e da Diretoria Jurídica

Art. 51 O cargo em comissão de Secretário(a) Geral será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, dentre profissionais com reconhecida capacidade técnica em administração pública, licitações e contratos.

Art. 52 Compete à Secretaria Geral, como autoridade central de administração e contratações do Consórcio:

I - Exercer, com plena autonomia e responsabilidade, a gestão de todos os processos de compras e licitações, incluindo:

a) Autorizar a abertura de procedimentos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, observados os limites de alçada definidos pela Diretoria Executiva;

b) Nomear e designar pregoeiros, agentes de contratação e equipes de apoio;

c) Assinar editais, avisos, atas de registro de preços, contratos administrativos e seus respectivos termos aditivos;

d) Julgar recursos administrativos em primeira instância e homologar os resultados dos certames;

e) Gerenciar as Atas de Registro de Preços, coordenando a adesão dos entes consorciados;

f) Garantir a estrita observância da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes em todos os processos de contratação.

II - Coordenar e supervisionar os serviços administrativos gerais do Consórcio, incluindo a gestão de documentos, arquivos, frota e manutenção da sede.

III - Secretariar e dar suporte operacional às Comissões Técnicas e ao Conselho Regional do Consórcio.

IV - Expedir certidões, declarações e outros documentos administrativos solicitados pelos entes consorciados ou por terceiros.

V - Cumprir e fazer cumprir as resoluções e decisões da Diretoria Executiva e da Presidência no âmbito administrativo e operacional.

Art. 53 O cargo em comissão de Diretor(a) Jurídico(a) será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com reconhecida especialização em Direito Público e Administrativo.

Art. 54 Compete à Diretoria Jurídica, como órgão de assessoramento e representação legal do Consórcio:

I - Emitir pareceres jurídicos sobre todos os atos administrativos relevantes, em especial sobre editais de licitação, minutas de contratos, convênios e termos aditivos.

II - Representar o Consórcio em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em todas as instâncias, sob a outorga de poderes do Presidente.

III - Elaborar e analisar minutas de projetos de lei, decretos, resoluções, portarias e demais atos normativos de interesse do Consórcio e de seus entes.

IV - Prestar consultoria e assessoria jurídica contínua à Presidência, à Diretoria Executiva, à Superintendência e aos demais órgãos do Consórcio.

V - Acompanhar a legislação e a jurisprudência de interesse dos consórcios públicos, orientando a gestão para garantir a conformidade legal de suas ações.

Capítulo IX
DO CONSELHO FISCAL

Art. 55 O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização interna do Consórcio, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 02 (dois) membros suplentes sendo estes: 1º suplente e 2º suplente, serão eleitos na mesma Assembleia de eleição da Diretoria Executiva, por indicações consensuais feitas pelos participantes da assembleia.

§ 1º O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente após a Assembleia Geral de Eleição do Consórcio para eleger o Presidente, e anualmente até o último dia de fevereiro para analisar e emitir o parecer sobre a prestação de contas anuais do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL apresentadas pela Diretoria Executiva, extraordinariamente quando necessário reunirá.

§ 2º O Presidente do Conselho deverá convocar as reuniões ordinárias com 15 (quinze) dias de antecedência, podendo as mesmas em caso de omissão do presidente do conselho, ser convocada de forma extraordinária por qualquer um de seus membros.

§ 3º O parecer do Conselho será de: regularidade ou irregularidade das contas apresentadas pela Diretoria Executiva.

§ 4º O Conselho só pode deliberar com a presença de 03 (três) de seus membros.

§ 5º Em caso de impedimento de algum dos membros efetivos de participar da reunião do Conselho, o presidente do conselho convocará o suplente imediato.

Art. 56 Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar toda atividade econômica do Consórcio;

II - acompanhar periodicamente a escrituração e documentações contábeis do Consórcio;

III - examinar a prestação de contas da Diretoria Executiva, emitindo seu primeiro parecer, e encaminhar as peças contábeis para apreciação da Assembleia Geral;

IV - convocar e colocar em apreciação da Assembleia Geral as irregularidades constadas na administração no Consórcio.

V - fiscalizar o cumprimento dos contratos de rateio do Consórcio.

VI - baixar parecer de suas decisões

Parágrafo único. Este estatuto poderá dispor sobre outras competências do Conselho Fiscal.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Capítulo X
DOS ÓRGÃOS DE APOIO E PARTICIPAÇÃO

Seção I
DO CONSELHO REGIONAL DO CONSÓRCIO

Art. 57 O Conselho Regional do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO é instância permanente de participação e controle social, de caráter consultivo, com a participação do Ouvidor, com a finalidade de examinar, avaliar e debater temas e elaborar propostas de ações na área de atuação do consórcio e, especialmente, avaliar a qualidade dos serviços públicos, objetos do consórcio, prestados nas respectivas áreas de atuação do Consórcio.

§ 1º As reuniões do Conselho Regional serão convocadas pelo Presidente do Consórcio com 30 (trinta) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital, publicado no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás, no quadro de avisos da sede do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, no sítio da Internet do Consórcio durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da reunião, bem como enviado aos membros do Conselho Regional por outros meios, tais como rede sociais, dele devendo constar:

I - o local, o horário e a data da reunião;

II - a pauta da Assembleia;

III - relatórios e outras informações pertinentes .

§ 2º No caso de omissão do Presidente do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO em convocar reunião do Conselho Regional, esta poderá ser convocada por meio de edital subscrito por, pelo menos, dois diretores ou pelo menos 20% dos conselheiros.

§ 3º Convocação subscrita por pelo menos 20% dos conselheiros permitirá o funcionamento extraordinário do Conselho Regional.

§ 4º Regimento interno estabelecendo as demais condições para a convocação e o funcionamento do Conselho Regional será proposto por este e aprovado pela Assembleia Geral.

§ 5º A composição do Conselho Regional contemplará a representação dos seguintes segmentos:

I - entes consorciados;

II - órgãos governamentais com atuação nas áreas de serviços objetos do Consórcio;

III - prestadores de serviços públicos das respectivas áreas objetos de atuação do Consórcio;

IV - usuários de serviços públicos das respectivas áreas objetos de atuação do Consórcio;

V - entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor com interesse nos serviços públicos das respectivas áreas objetos de atuação do Consórcio.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

§ 6º Na composição do Conselho regional será observada paridade entre as representações dos segmentos nomeados nos incisos I, II e III e dos nomeados nos incisos IV e V do caput.

§ 7º Os representantes de cada segmento serão por eles indicados ao consórcio, sendo o representante dos usuários indicado pelas câmaras municipais de cada ente consorciado, e a composição do Conselho homologada por resolução da Diretoria Executiva.

§ 8º Os representantes de seguimentos somente atuarão no Conselho Regional, quando o objeto de consulta se referir a área respectiva do órgão de representação.

Seção II
DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 58 As comissões Técnicas serão órgãos de apoio a administração do Consórcio auxiliando no cumprimento de seus objetivos nas áreas de serviço público definidas no Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, e tem por competência:

I - elaboração de Estudos Técnicos;

II - elaboração de Planos de Trabalho;

III - emitir pareceres técnicos;

IV - planejar e realizar procedimentos técnicos administrativos;

V - inspecionar serviços prestados pelo/ao Consórcio;

VI - acompanhar a execução de projetos.

§ 1º As Comissões Técnicas serão criadas pelo Presidente do Consórcio através de portaria.

§ 2º Os Técnicos serão do quadro de pessoal do Consórcio ou cedidos pelos entes consorciados, mediante solicitação do Presidente do consórcio.

§ 3º As Comissões poderão funcionar de forma permanente ou por tempo determinado, de acordo com as exigências das demandas.

Seção III
DA OUVIDORIA E CONTROLE INTERNO

Art. 59 A Ouvidoria é composta por servidor integrante do quadro de pessoal do Consórcio, cujas incumbências estão definidas no Contrato de Consórcio Público.

2º TABELIONATO DE INHUMAS-GO

§ 1º A Ouvidoria receberá críticas, sugestões e reclamações dos usuários e demais interessados quanto à atuação dos prestadores de serviços e do próprio CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO por escrito, por meio de correspondência enviada pelos correios, protocolada diretamente no setor competente do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, ou pelo endereço eletrônico do Ouvidor, que estará divulgado na página que o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO manterá na internet.

§ 2º As críticas e sugestões e solicitação de informações poderão ser encaminhadas à Ouvidoria a qualquer tempo, que as receberá e encaminhará resposta por escrito no prazo máximo de 30 (trinta dias).

§ 3º As reclamações poderão ser feitas no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a ocorrência do fato que gerou a reclamação, devendo ser respondida no prazo de 5 (cinco) úteis ao reclamante, indicando as possíveis causas do fato que gerou a reclamação, os encaminhamentos dados para sanar os problemas apontados, e a previsão de prazo para sua solução definitiva.

§ 4º Nos casos em que a solução dos problemas apontados envolver mais de um setor da estrutura administrativa do consórcio ou serviço a ser contratado, o reclamante deverá ser informado sobre os trâmites internos e prazos estimados de tramitação.

§ 5º O Ouvidor encaminhará por escrito informação ao ente regulador sobre as reclamações que evidenciem grave descumprimento de norma de regulação, sem prejuízo dos relatórios semestrais mencionados no Contrato de Consórcio Público.

Título III
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

Capítulo I
DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 60 Somente serão remunerados pelo Consórcio para nele exercer funções os contratados para ocupar algum dos empregos públicos previstos no Anexo 1 do Contrato de Consórcio Intermunicipal que trata do QUADRO DE PESSOAL, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

§ 1º Excetuado o Superintendente e o Assessor da Superintendência, os empregados públicos do consórcio no exercício de funções que, nos termos dos estatutos, sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento superior, serão gratificados à razão de 20% (vinte por cento) de sua remuneração total.

§ 2º A atividade da Presidência do Consórcio e dos demais cargos da Diretoria, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não serão remuneradas, sendo consideradas trabalho público relevante.

§ 3º Atividades de fiscalização somente poderão ser exercidas por servidor estatutário cedido ao Consórcio por ente consorciado, cujo cargo contemple o exercício do poder de polícia.

§ 4º As despesas realizadas no exercício da função pelos agentes públicos do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO poderão ser indenizadas por meio de portaria da presidência do consórcio.

Seção II
Do Quadro de Pessoal e dos Empregos Públicos

Art. 61 Os servidores do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º A descrição das funções, lotação e especialidades dos empregos públicos será estabelecida por meio de emenda a estes estatutos, vedada a criação de novos cargos, empregos e funções remuneradas, além das constantes no Anexo 1 destes estatutos.

§ 2º A dispensa de ofício de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria.

§ 3º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, nem aos entes consorciados.

§ 4º A jornada de trabalho dos empregados do Consórcio é de 40 horas, excetuadas as situações especiais para as quais haja legislação específica dispondo sobre regime especial de trabalho.

Art. 62 O quadro de pessoal do Consórcio é composto por dois (2) cargos em comissão sendo o Superintendente e o Assessor da Superintendência, e de até 14 (quatorze) empregados públicos, a ser preenchido de acordo com a necessidade operacional e na conformidade com as disposições do Anexo 1 destes estatutos.

§ 1º Com exceção do cargo de Superintendente, profissional de nível superior, com conhecimento profissional na área de gestão pública de provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo 1 do Contrato de Consórcio Público, até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, sendo que a Diretoria poderá conceder revisão anual que garanta, pelo menos, a manutenção do poder aquisitivo da moeda, com reajuste da remuneração de todos os empregos públicos.

§ 3º O Consórcio desenvolverá programa de capacitação dos integrantes do seu quadro de pessoal nas competências requeridas para o desempenho das atribuições dos empregos e da missão institucional.

§ 4º O Consórcio dará suporte ao intercâmbio na troca de informações e experiências administrativas de seus servidores com servidores de outros Consórcios Públicos e demais entes consorciados.

Art. 63 Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e por, pelo menos, mais dois Diretores.

§ 1º Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 2º O edital, em sua íntegra, será publicado por pelo menos quatro anos no sítio do Consórcio na internet, afixado na sede do consórcio, e, na forma de extrato, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás e/ou no diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás e no sítio do Consórcio na internet.

§ 3º Nos 30 (trinta) primeiros dias que decorrerem após a publicação do extrato mencionado no § anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em 15 (quinze) dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio do Consórcio na internet e afixadas na sede do consórcio.

Seção III
Das Contratações Temporárias

Art. 64 A contratação por tempo determinado somente ocorrerá para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público de preenchimento de emprego público vago.

§ 1º É vedada a contratação de pessoal por tempo determinado para preenchimento de emprego público vago antes da realização de pelo menos um concurso público.

§ 2º O contratado por tempo determinado exercerá a função do emprego público vago e perceberá a remuneração para ele prevista.

§ 3º As contratações temporárias terão prazo de até 6 (seis) meses e serão automaticamente extintas após 90 (noventa) dias caso não haja o início de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público neste prazo.

§ 4º O prazo de contratação poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo de 2 (dois) anos, contado a partir da contratação inicial.

§ 5º Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público.

Seção IV
Da Cessão de Servidores

Art. 65 Fica autorizada a cessão ou disponibilização de servidores públicos efetivos ou empregados públicos pertencentes ao quadro de pessoal da administração direta ou indireta dos entes consorciados para exercerem funções técnicas ou administrativas no CIABC/GO, nos termos da legislação de cada ente.

§ 1º. O servidor cedido permanecerá vinculado ao seu regime jurídico de origem, mantendo todos os seus direitos e vantagens, sendo a sua atuação no consórcio considerada de relevante interesse público.

§ 2º. A cessão poderá ocorrer com ou sem ônus para o Consórcio, mediante acordo entre o Presidente do CIABC/GO e o Chefe do Poder Executivo do ente cedente:

I - Na cessão com ônus, o Consórcio será responsável pelo pagamento da remuneração do servidor, o que deverá ser formalizado por meio de termo aditivo ao Contrato de Rateio ou instrumento específico.

II - Na cessão sem ônus, o ente consorciado de origem arcará com a remuneração integral do servidor, podendo o valor correspondente ser contabilizado para fins de compensação em suas obrigações financeiras junto ao Contrato de Rateio.

§ 3º. A solicitação de cessão de servidores para o Consórcio será formalizada pelo Presidente, que especificará as atribuições a serem desempenhadas e o perfil técnico desejado.

Art. 66 Os empregados públicos e os servidores cedidos que, no exercício de suas funções no Consórcio, ocuparem cargos ou desempenharem atividades formalmente designadas como de chefia, direção ou assessoramento superior, farão jus a uma gratificação de 20% (vinte por cento) sobre a sua remuneração total.

§ 1º. A gratificação prevista no *caput* tem natureza *pro labore faciendo*, ou seja, é devida apenas enquanto o servidor estiver no efetivo desempenho da função gratificada, não se incorporando à sua remuneração para nenhum efeito, nem servindo como base de cálculo para quaisquer outras vantagens pecuniárias.

§ 2º. A designação para as funções que ensejam o recebimento da gratificação será feita por meio de portaria da Presidência, que especificará as atribuições de liderança ou assessoramento estratégico do cargo.

§ 3º. Excluem-se da aplicação desta gratificação os ocupantes dos cargos em comissão de Superintendente, Assessor da Superintendência e Secretário Executivo, cujas remunerações já são fixadas considerando a natureza de gestão de suas atribuições.

Capítulo II
DOS CONTRATOS E LICITAÇÕES

Seção I
Dos Procedimentos Licitatórios

Art. 67 Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei n°. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais regulamentos, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica.

Parágrafo único. A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo Superintendente e homologada pelo Presidente.

Art. 68 Sob pena de nulidade e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas na Lei Federal 14.133/2021, Art. 75, inciso I e II c/c com Art. 95, § 2º e entendimento do TCU proferido em decisão (Serviços de pronto pagamento), observarão o seguinte procedimento:

I - Serão instauradas por decisão do Superintendente, caso a estimativa de contratação não ultrapasse o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para obras e R$ 15.000,00 (quinze mil) para outros serviços e compras, conforme entendimento da decisão do Presidente;

II - Elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados e mantidos por pelo menos 30 (trinta) dias no sítio do Consórcio na internet ou afixados na sede do Consórcio para que, em 03 (três) dias úteis, interessados venham a apresentar proposta;

III - Somente ocorrerá a contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores;

IV – Nas contratações de preço superior aos limites de dispensa previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, as contratações deverão ser homologadas pelo Presidente do Consórcio.

Art. 69 Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações relativas a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior aos limites legais, sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão os seguintes procedimentos:

I - A sua instauração deverá ser autorizada pelo Presidente do Consórcio e, caso a estimativa de contratação seja igual ou superior aos limites de dispensa de licitação, de decisão do Presidente;

II - A sua abertura deverá ser comunicada por ofício via E-mail ou outro meio digital a todos os entes consorciados, no ofício indicando-se o sítio da rede mundial de computadores onde poderá ser obtida a íntegra do ato convocatório, que deverá também ser afixada na sede do Consórcio;

III - A homologação e adjudicação serão realizadas pelo Presidente do Consórcio.

Art. 70 Somente realizar-se-á licitação tipo técnica e preço mediante justificativa subscrita pelo Superintendente e aprovada por pelo menos 03 (três) votos da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Nas licitações os prazos para apresentação de propostas e lances deverão seguir o art. 55 da Lei 14.133/21.

Seção II
Das Licitações Compartilhadas e do Registro de Preços

Art. 71 São competências do Consórcio, no âmbito das licitações compartilhadas e do Registro de Preços:

I - Realizar licitação compartilhada da qual decorram contratos administrativos celebrados por entes consorciados ou órgãos de sua administração indireta dentro das áreas de atuação do Consórcio;

II - Elaborar e gerenciar Atas de Registro de Preços – ARP;

III - A intenção de Registro de Preço - IRP, para adquirir bens ou serviços deverá ser divulgada com o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos manifestem interesse;

IV - Incentivar a contratação por meio de licitação ou chamamento público ou dispensa de licitação, contratação direta ou inexigibilidade, campanhas de Saúde, Educação e demais campanhas, de forma unificada, para atender aos entes consorciados, com a finalidade de abrangência de atingimento da macrorregião de saúde, educação e social.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Seção III
Da Publicidade e Execução dos Contratos

Art. 72 Todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas no sítio do Consórcio na internet e plataformas contratadas pelo Consórcio, por pelo menos seis meses ou afixadas na sede do Consórcio.

Parágrafo único. O Superintendente deverá promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

Art. 73 No que tange à execução dos contratos, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - O Consórcio poderá ser autorizado, através do contrato de programa, a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de taxas, de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados pelo Consórcio ou por este delegados;

II - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato de programa;

III - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade da administração direta do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo prestador dos serviços pelo período em que vigorar o contrato de programa;

IV - Ao Consórcio somente é permitido comparecer a contrato de concessão na condição de contratante, para delegar a prestação de serviços públicos definidos pelos entes consorciados ou de atividade deles integrante na área da gestão associada;

V - Os contratos de concessão serão firmados em conformidade à Lei 8.897/1995 e, quando for o caso, à Lei 11.079/2004, sempre mediante prévia licitação.

Art. 74 A celebração de contratos, convênios, Contratos de Rateio, Contratos de Programa, termos aditivos e demais instrumentos jurídicos firmados pelo Consórcio poderá ser realizada por meio de assinatura eletrônica avançada ou qualificada, utilizando o padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conferindo-lhes a mesma validade jurídica dos documentos em papel.

Parágrafo único. A utilização de ferramentas de gestão documental eletrônica para a tramitação, aprovação e assinatura de contratos deve respeitar a autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos e atos, conforme a legislação vigente sobre desmaterialização de processos e documentos públicos.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS GO

Capítulo III
DOS CONVÊNIOS

Art. 75 Fica o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO autorizado a:

I - celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras para receber transferência de recursos, exceto com outros entes consorciados ou com entidades a eles vinculadas.

II - a figurar como interveniente em convênios celebrados entre entes consorciados ou entre estes e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos de interesse direto ou indireto para os serviços públicos objeto de sua atuação.

TÍTULO IV
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo I
DO PATRIMÔNIO E DE SUAS FONTES DE RECURSO

Art. 76 Os consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO. São inválidos quaisquer negócios jurídicos que tenham por objeto a cotização ou fracionamento do patrimônio entre consorciados.

Art. 77 O patrimônio do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO é constituído por bens móveis, imóveis e ativos financeiros provenientes de:

I - repasses de recursos financeiros por parte dos consorciados em razão da celebração de Contrato de Rateio ou de Contrato de Programa, nos termos fixados nestes instrumentos e nestes estatutos;

II - outros repasses financeiros onerosos e não onerosos dos consorciados destinados a suprir uma determinada demanda do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, remunerar a prestação de serviços não objeto de Contrato de Programa que o consórcio seja competente para prestar, ou ainda em razão de quaisquer negócios jurídicos de que o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO seja parte;

III - doações, subvenções, legados e outros auxílios proporcionados por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas;

IV - rendas sobre bens e serviços, convênios, contratos e aplicações financeiras;

V - rendas oriundas de promoções ou participações em eventos institucionais realizados diretamente ou em cooperação com outras pessoas físicas ou jurídicas;

VI - negócios jurídicos de produção de bens e de prestação de serviços pactuados com Entes consorciados não consorciados e com pessoas jurídicas em geral;

VII - recursos de capital, inclusive os resultados de conversão em espécie de bens e direitos;

VIII - as rendas decorrentes de apuração de sanções pecuniárias.

IX - outras rendas não compreendidas nos incisos anteriores.

Art. 78 Os entes consorciados somente entregarão recursos ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO quando:

I - tenham contratado o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II - houver Contrato de Rateio.

Parágrafo único. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

Art. 79 O patrimônio e os recursos do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, inclusive os excedentes financeiros, serão utilizados, exclusivamente, na execução de seus objetivos.

Art. 80 Os investimentos em aquisição de bens, contratação de serviços ou realização de obras deverão observar o Plano de Trabalho de cada área de serviço objeto da atuação do Consórcio, além de ser precedidos de autorização da Assembleia Geral.
Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá delegar esta atribuição, com ou sem reservas, ao Presidente e ao Diretor Financeiro do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, salvo quando se tratar de valor superior à modalidade de licitação tipo convite, prevista na Lei federal 14.133/2021.

Art. 81 Em caso de extinção do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros decorrentes de suas atividades serão incorporados, integralmente ao patrimônio de instituições integrantes da Administração Direta ou Indireta dos entes consorciados com a mesma área de atuação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, proporcionalmente à população contemporânea de cada ente, mediante prévia deliberação da Assembleia Geral e disposições da legislação aplicável.
Parágrafo único. Não existindo instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda dos Entes consorciados, na proporção dos recursos por estes entes alocados.

Capítulo II
DO CONTRATO DE RATEIO E DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 82 O Contrato de Rateio é o instrumento que formaliza o compromisso financeiro de cada Ente Consorciado com o Consórcio, destinado a custear as despesas de gestão, operacionais e de investimentos associados aos serviços e objetivos comuns.

Art. 83 A participação de cada Ente Consorciado no custeio das despesas comuns do Consórcio será estabelecida por meio de Contratos de Rateio anuais, celebrados em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Consórcio.

§ 1º O valor total das obrigações financeiras será dividido de forma equitativa entre os consorciados, devendo o critério de rateio ser definido e formalizado em Assembleia em Anexo - **Tabela de Percentuais de Rateio**.

§ 2º O critério de rateio deverá observar a capacidade contributiva de cada Ente Consorciado, baseando-se em sua **Arrecadação ou Receita Corrente Líquida (RCL)**, conforme dados oficiais do Tesouro Nacional ou órgão equivalente, buscando a sustentabilidade e a proporcionalidade das contribuições.

Art. 84 O **Anexo - Tabela de Percentuais de Rateio** será constituído por uma tabela escalonável, aprovada pela Assembleia Geral, que estabelecerá faixas de arrecadação ou RCL, vinculando a cada faixa um percentual fixo ou escalonado de contribuição sobre o valor total anual do Contrato de Rateio.

§ 1º A tabela deverá ser revisada e atualizada a cada período de 02 (dois) anos ou sempre que houver a inclusão ou exclusão de Entes Consorciados, a fim de manter a adequação e a equidade dos percentuais.

§ 2º A proposta de revisão do Anexo I será elaborada pela Diretoria Financeira e submetida à aprovação da Assembleia Geral, por maioria absoluta dos votos dos presentes.

Art. 85 A parcela devida por cada Ente Consorciado, conforme o Contrato de Rateio e o Anexo I, deverá ser incluída em suas respectivas Leis Orçamentárias anuais e repassada ao Consórcio nos prazos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Rateio.

§ 1º Os recursos do Contrato de Rateio serão executados exclusivamente para as finalidades nele previstas, sendo vedada a utilização dos recursos para despesas não contempladas no respectivo instrumento.

Art. 86O não cumprimento das obrigações de rateio nos prazos estipulados sujeitará o Ente Consorciado inadimplente às penalidades previstas na Lei Federal nº 11.107/2005, em seu decreto regulamentador e neste Estatuto, podendo a Assembleia Geral deliberar, entre outras medidas:

I - Aplicação de multa de mora e juros;

II - Suspensão do direito de voto na Assembleia Geral, ressalvado o quórum de destituição do Presidente;

III - Impossibilidade de celebração de novos Termos de Adesão para utilização de serviços;

Capítulo III
DA CONTABILIDADE, FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 87 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:
I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente no que diz respeito aos bens que cada Município tenha adquirido, isoladamente ou em condomínio, para a prestação dos serviços de sua titularidade; e a parcela de valor destes bens que tenha sido amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS GO

§ 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio do Consórcio na internet por pelo menos quatro anos.

Art. 88 O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO manterá sistema de registro contábil que possibilite, a qualquer tempo, o levantamento das suas atividades e do seu patrimônio.

Art. 89 O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO deverá publicar anualmente, no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás e no seu sítio na Internet, os relatórios contábeis e financeiros, os relatórios de execução orçamentária e dos convênios ou contratos que firmar, bem como o seu balanço patrimonial, quando exigido nestes instrumentos ou na legislação a eles aplicável.

TÍTULO V
DAS RELAÇÕES COM OS ENTES CONSORCIADOS

Capítulo I
DOS DIREITOS E DEVERES

Seção I
Dos Direitos

Art. 90 São direitos de cada Ente Consorciado:

I - Integrar a Assembleia Geral, por meio de seu Chefe do Poder Executivo ou representante legalmente constituído, com direito a voz e voto, nos termos e quóruns estabelecidos neste Estatuto;

II - Ter acesso e usufruir dos serviços, projetos, bens e equipamentos adquiridos, compartilhados ou geridos pelo Consórcio, mediante a celebração do respectivo Termo de Adesão ou Contrato de Programa;

III - Propor e participar da elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Consórcio;

IV - Receber informações completas, detalhadas e periódicas sobre a gestão administrativa, financeira, patrimonial e a execução dos Contratos de Rateio e de Programa;

V - Requerer ao Presidente ou à Assembleia Geral a convocação de reunião extraordinária, mediante solicitação formal e fundamentada, conforme quórum previsto neste Estatuto;

VI - Propor à Assembleia Geral a inclusão de novos objetivos, a alteração deste Estatuto, e a celebração de novos Contratos de Programa, visando o aprimoramento da gestão associada.

Seção I
Dos Deveres

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Art. 91 São deveres inalienáveis e irrevogáveis dos Entes Consorciados:

I - Cumprir integralmente as obrigações financeiras assumidas nos Contratos de Rateio, incluindo a inclusão dos respectivos valores em suas Leis Orçamentárias anuais e o repasse dos recursos ao Consórcio nos prazos acordados;

II - Responder solidariamente pelas obrigações financeiras não adimplidas, na proporção de sua participação no rateio, conforme deliberação da Assembleia Geral;

III - Prestar ao Consórcio todas as informações, documentos e dados técnicos necessários para a execução dos serviços e o desenvolvimento dos programas e projetos comuns, em tempo hábil e de forma fidedigna;

Andrea Helena Costa Alves
OAB/GO 14.205
Advogada
AV WILSON QUIRINO DE ANDRADE, Nº 460, SALA 12,
BAIRRO ANHAGUERA, INHUMAS – GO, CEP 75.400-00 –
CNPJ 18443577/0001-33

IV - Ratificar, por lei específica, o Contrato de Consórcio e suas alterações, no prazo e condições estabelecidas pela Assembleia Geral, sob pena de as alterações não terem eficácia em seu âmbito;

V - Adotar as medidas legais e administrativas necessárias para o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva, zelando pela correta e eficiente execução dos serviços em seu território;

VI - Designar formalmente o representante que o representará na Assembleia Geral, bem como nas Comissões Técnicas, quando solicitado, garantindo a sua participação efetiva;

VII - Promover a adequada fiscalização, controle e transparência dos serviços públicos delegados ou geridos pelo Consórcio em seu âmbito territorial, garantindo o acesso público às informações.

Art. 92 O descumprimento dos deveres previstos nesta Seção, especialmente a inadimplência com os Contratos de Rateio, sujeitará o Ente Consorciado às penalidades previstas na Lei nº 11.107/2005 e nas cláusulas deste Estatuto, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa de seus gestores.

Capítulo II
DA SAÍDA DO CONSORCIADO

Seção I
Do Recesso – Saída Voluntária

Art. 93 A retirada de membro do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, previamente ratificado pelo poder legislativo do ente consorciado.

§ 1º O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

§ 2º Os bens destinados ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão nesse sentido da Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO presentes pelo menos 3/5 (três quintos) dos consorciados, com a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos consorciados presentes;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Seção II
Da Exclusão – Saída Compulsória

Art. 94 São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, consideradas assemelhadas ou incompatíveis, que fundamentem deliberação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos entes consorciados reunidos em Assembleia Geral convocada para esse fim.

III - a existência de motivos considerados graves, especialmente a organização da prestação de serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais em desacordo com plano regional integrado homologado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, que fundamentem deliberação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos entes consorciados reunidos em Assembleia Geral convocada para esse fim.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º A aplicação das penas de suspensão e de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

§ 3º Eventual recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral não terá efeito suspensivo.

§ 4º A exclusão não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

Art. 95 O procedimento administrativo para a exclusão de ente consorciado será instaurado por meio de portaria do Presidente do Consórcio, da qual deve constar:

I - a descrição da conduta que fundamenta a abertura do procedimento administrativo e considerada passível de aplicação de penalidade, bem como das circunstâncias que a envolvem;

II - o tipo infracional violado e as penas a que está sujeito o infrator, caso confirmados os fatos que lhe são imputados;

III - os documentos e outros meios de prova em que se sustenta a instauração do procedimento administrativo;

IV - o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado indicado para atuando como relator manifestar-se, mediante parecer conclusivo, sobre a imputações atribuídas ao ente consorciado e à defesa por ele apresentada.

§ 1º Instaurado o procedimento administrativo, o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado que lhe deu causa será pessoalmente notificado para que, querendo, apresente defesa prévia no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação. Em caso de comprovada recusa do recebimento da

notificação, esta poderá ser feita por via postal, mediante aviso de recebimento. Nesta hipótese, considerar-se-á realizada a notificação na data em que o aviso de recebimento for juntado aos autos do processo.

§ 2º Caso o procedimento administrativo tenha por fundamento a conduta descrita no inciso I do artigo anterior, o ente consorciado inadimplente terá o prazo de defesa prévia para comprovar o adimplemento da obrigação em mora. Nesta hipótese o procedimento aberto será extinto.

§ 3º A notificação de abertura de procedimento administrativo deve estar acompanhada, sob pena de nulidade, da cópia da portaria que originou o procedimento, bem como de todos os documentos que a acompanham.

§ 4º Mediante requerimento fundamentado do notificado, o Presidente do Consórcio poderá estender o prazo para apresentação da defesa em até 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º A contagem dos prazos de que tratam estes Estatutos dar-se-á conforme dispõe Código Civil Brasileiro.

§ 6º Será franqueado ao notificado ou ao seu representante legal o acesso aos autos do procedimento de apuração, inclusive para cópia integral do seu conteúdo.

§ 7º Recebida a defesa ou esgotado o prazo para apresentá-la, o relator terá prazo de 30 (trinta) dias para manifestar-se conclusivamente sobre a procedência das imputações e a penalidade a ser aplicada, se for o caso.

§ 8º Caberá à Assembleia Geral julgar o caso em única instância. Da decisão, admitir-se-á único pedido de reconsideração da parte interessada, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da reunião que a prolatou. Este pedido deve ser necessariamente apreciado na próxima Assembleia Geral do Consórcio.

§ 9º O julgamento perante a Assembleia Geral terá o seguinte procedimento:

I - leitura da Portaria de instauração do procedimento, da defesa prévia e do relatório;

II - manifestação oral do relator e da defesa, nesta ordem, pelo tempo de até 15 (quinze) minutos;

III - julgamento, que deve apreciar a procedência das imputações atribuídas ao ente consorciado e a aplicação da penalidade cabível.

§ 10º Aplicada a pena de exclusão, sua efetivação ficará sobrestada por 1 (um) ano, período no qual o ente apenado:

I - terá suspenso todos os seus direitos perante o Consórcio;

II - não será considerado para efeito de contagem de quórum;

III - poderá se reabilitar, por meio do adimplemento das obrigações ou da reparação dos danos gerados ao Consórcio, ensejadores da aplicação da pena de exclusão.

§ 11º A decisão da reabilitação com a restituição dos direitos do consorciado excluído, nos termos do inciso III do parágrafo anterior, será tomada pela Assembleia Geral, examinando requerimento circunstanciado apresentado pelo ente apenado.

§ 12º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I
DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Art. 96 O Presidente, pelo menos dois membros da Diretoria ou consorciados com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total dos votos poderão apresentar proposta de alteração destes estatutos.

§ 1º Protocolada proposta de alteração do estatuto o Presidente convocará Assembleia Geral Extraordinária com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás, no quadro de avisos da sede do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO, no sítio da Internet do Consórcio durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, podendo dar publicidade aos consorciados por outros meios, tais como rede sociais, e constará do aviso:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;

II - o local, o horário e a data da Assembleia;

III - a proposta de alteração dos estatutos;

§ 2º No caso de omissão do Presidente do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO a Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada por edital subscrito por pelo menos dois membros da Diretoria ou por consorciados que detenham pelo menos 50% dos votos da Assembleia Geral, o qual deve ser publicado com até 5 (cinco) dias de antecedência da data de sua realização, observadas as demais formalidades previstas neste artigo.

§ 3º A Assembleia Geral se instalará na forma prevista neste estatuto, e deliberará por maioria simples dos representantes de mais de 50% (cinquenta por cento) dos entes consorciados, presentes e aptos a votar.

§ 4º Alterações deste Estatuto somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás, no sítio do Consórcio na internet, e registro público.

§ 5º. Fica desde já autorizado a todos os signatários e aderentes a utilização da assinatura eletrônica sempre que for exigida a aposição de assinaturainclusive para facilitar seu manuseio.

Andrea Helena Costa Alves
OAB/GO 14.205
Advogada
AV WILSON QUIRINO DE ANDRADE, Nº 460, SALA 12,
BAIRRO ANHAGUERA, INHUMAS – GO, CEP 75.400-00 –
CNPJ 18443577/0001-33

Capítulo II
DO FORO

Art. 97 Nos termos do art. 102, I "f" da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal é o foro competente para processar e julgar os conflitos entre o Consórcio e quaisquer entes consorciados, consorciados ou não, inclusive os que envolvam as entidades integrantes da Administração indireta destes e aquele.

Parágrafo único. O foro de GOIÂNIA - GOIÁS é o competente para processar e julgar todos os demais conflitos de que o Consórcio figure como parte, ressalvadas as disposições constantes do caput e os foros legalmente instituídos.

Capítulo III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS

Art. 98 No último ano de mandato dos prefeitos consorciados, a convocação para eleição de diretores e conselheiros do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO será dirigida ao prefeito(a) eleito e diplomado(a), para após a posse no município, participar da Assembleia Geral Ordinária de eleição no Consórcio.

Art. 99 Fica estabelecido o Diário Municipal de Goiás da Associação Goiana de Entes consorciados como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO.

Art. 100 Os estatutos do Consórcio e suas alterações somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Entes consorciados de Goiás, e registro público, ficando revogada as disposições da Assembleia Geral do dia 06 de dezembro de 2018 que tratou da reforma deste estatuto, e fica convalidado os atos praticados desta data até publicação destas alterações.

Art. 101 A interpretação do disposto nestes estatutos deverá ser compatível com o Contrato de Consórcio Público, bem como aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federado, sendo vedado que lhe sejam oferecidos incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente consorciado tenha acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica, que demonstre sua viabilidade e economicidade.

VI - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

Art. 102 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público.

Art. 103 A Assembleia Geral, ao solucionar os casos omissos, deverá buscar primeiramente a regulamentação contida no Contrato de Consórcio Público, subsidiariamente a Lei nº 11.107/2005 e a legislação aplicável à Administração Pública.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRADORDINÁRIA DO CONSÓRCIO
Goiânia - GO, 30 de outubro de 2025

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Andrea Helena Costa Alves
OAB/GO 14.205
Advogada

Andrea Helena Costa Alves
OAB/GO 14.205
Advogada
AV WILSON QUIRINO DE ANDRADE, Nº 460, SALA 12,
BAIRRO ANHAGUERA, INHUMAS – GO, CEP 75.400-00 –
CNPJ 18443577/0001-33

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, ABRANGÊNCIA, DURAÇÃO, SEDE, DA TERMINOLOGIA
- Seção I – Da Denominação e Natureza
- Seção II – Da Sede
- Seção III – Da Terminologia Adotada nestes Estatutos

Capítulo II – Dos Consorciados e da Adesão de Novos Membros

Capítulo III – DOS OBJETIVOS E DAS COMPETÊNCIAS

TÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Capítulo I – DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO

Capítulo II – DA ASSEMBLEIA GERAL
- Seção I – Da Convocação das Assembleias Gerais
- Seção II – Do Voto dos Consorciados e do Quórum para a Instalação e para Deliberação

Capítulo III – DA DIRETORIA EXECUTIVA
- Seção I – Da Composição e do Mandato
- Seção II – Das Competências
- Seção III – Da Vacância, Destituição e Substituição

Capítulo IV – DA PRESIDÊNCIA
- Seção I – Da Eleição e do Mandato
- Seção II – Das Competências

Capítulo V – DO CONSELHO FISCAL
- Seção I – Da Eleição e do Mandato
- Seção II – Das Competências

Capítulo VI – DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA
- Seção I – Do Nome e das Funções
- Seção II – Do Provimento

Capítulo VII – DA SUPERINTENDÊNCIA
- Seção I – Do Provimento e do Mandato
- Seção II – Das Competências

Capítulo VIII – DA DIRETORIA JURÍDICA
- Seção I – Do Provimento e do Mandato
- Seção II – Das Competências

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Capítulo IX – DA SECRETARIA EXECUTIVA
- Seção I – Do Provimento e do Mandato
- Seção II – Das Competências

Capítulo X – DO CONSELHO REGIONAL DO CONSÓRCIO E DAS COMISSÕES TÉCNICAS

TÍTULO III – DO REGIME DE PESSOAL, CONTRATOS E LICITAÇÕES

Capítulo I – DO REGIME DE PESSOAL

Capítulo II – DOS CONTRATOS E LICITAÇÕES
- Seção I – Dos Procedimentos Licitatórios
- Seção II – Das Licitações Compartilhadas e do Registro de Preços
- Seção III – Da Publicidade e Execução dos Contratos

Capítulo III – DOS CONVÊNIOS

TÍTULO IV – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo I – DO PATRIMÔNIO E DE SUAS FONTES DE RECURSO

Capítulo II – DO CONTRATO DE RATEIO E DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Capítulo III – DA CONTABILIDADE, FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

TÍTULO V – DO CONTROLE SOCIAL, DOS SERVIÇOS E OUTRAS DISPOSIÇÕES

Capítulo I – DO CONTROLE SOCIAL

Capítulo II – DO CONTRATO DE PROGRAMA

Capítulo III – DA REGULAÇÃO E DO REAJUSTE

Capítulo IV – DA FISCALIZAÇÃO

Capítulo V – DA RETIRADA DO CONSORCIADO

Capítulo VI – DA DISSOLUÇÃO DO CONSÓRCIO

Capítulo VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

